

A legalidade da Ufir como fator de correção da tabela do IRPF

Osmane Antônio dos Santos*

A questão relativa à correção da Tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, bem como dos seus limites de dedução, tem sido objeto de ampla discussão no meio jurídico e social, sensibilizando, inclusive, o Poder Legislativo, que, por meio de algumas tentativas de normatização da matéria, tem procurado, sem qualquer ato definitivo, arrefecer o grande anseio dos contribuintes desse tributo que, diante da volta do famigerado *monstro da inflação*, mesmo que compassada, vê seus parques rendimentos serem cada vez mais minguados, mormente pelas mordidas vorazes do fisco nacional.

Com efeito, para uma melhor compreensão do tema, mister se faz uma ligeira análise da legislação que o norteia.

Estabelecia a Lei 8.383, de 30/12/91, que instituiu a Unidade Fiscal de Referência, com algumas alterações de alíquotas introduzidas por legislações supervenientes, *verbis*:

Art. 5º - A partir de 1º de janeiro do ano-calendário de 1992, o imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12 da

Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva:

Base de Cálculo (em Ufir)	Parcela a deduzir da base de cálculo (em Ufir)	Alíquota
Até 1.000	—	Isento
De 1.000 até 1.950	1.000	15%
Acima de 1.950	1.380	25%

Por sua vez, a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, alterando a legislação sobre o Imposto de Renda, enunciou:

Art. 2º - Os valores expressos em

“... a omissão legislativa tem implicado disfarçada tributação imposta pela desatualização monetária ou perda do poder aquisitivo dos contribuintes ocorridas nesse período.”

* Juiz Federal Substituto da 3ª Vara do Distrito Federal.

Ufir na legislação do imposto de renda das pessoas físicas ficam convertidos em Reais, tomando-se por base o valor da Ufir vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 3º - O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de que tratam os arts. 7º, 8º e 12 da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, será calculado de acordo com a seguinte tabela progressiva em Reais:

Base de Cálculo (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir do Imposto (em R\$)
Até 900,00	—	—
De 900,00 até 1.800,00	15%	R\$ 135,00
Acima de 1.800,00	25%	R\$ 315,00

Assim, desde 26 de dezembro de 1995, quando da edição da Lei 9.250, cujo art. 2º converteu em reais os valores até então expressos em Ufir, na legislação do Imposto de Renda, as tabelas progressivas, tanto a destinada ao cálculo da incidência mensal de desconto na fonte (art. 3º), quanto a da declaração de ajuste anual (art. 11), permanecem sem qualquer alteração. Desse modo, em princípio, a omissão legislativa tem implicado disfarçada tributação, imposta pela desatualização monetária ou perda do poder aquisitivo dos contribuintes ocorridas nesse período.

É de se considerar que a adminis-

tração tributária tem sistematicamente reajustado os débitos fiscais em Ufir (Lei 8.383/91, art. 1º e 54), em contrapartida, como asseverado, os valores expressos em reais na legislação do IRPF estagnaram na proporção apurada em dezembro de 1995. Isso implica injusta e ilegítima distorção tributária entre os contribuintes, sobretudo àqueles de menor poder aquisitivo.

Tal situação resulta em manifesta violação do princípio da capacidade econômica e da vedação de confisco, na medida em que o incremento das despesas passíveis de abatimento esbarra no congelamento dos seus limites de dedução. Essa realidade ocasiona, por via oblíqua, inconstitucional aumento da carga tributária, especialmente sobre a classe menos favorecida, eis que qualquer incremento salarial advindo de simples recomposição do poder aquisitivo do salário passou a ser tributado, sem que tal possa ser tido como acréscimo patrimonial (art. 43, II, CTN).

Essas conclusões restam corroboradas, não somente pela variação acumulada da Ufir de 1º de janeiro de 1996 (0,8287) a 1º de janeiro de 2000 (1,0641), mas também pela manifestação da União em seus recursos contra as decisões judiciais em favor dos contribuintes, uma vez que enfoca como fundamentos de seu pedido a perda de arrecadação que a correção da tabela provocará, da ordem de 3,5 bilhões de reais ao ano. Ora, isso implica dizer que, se não houve aumento da renda dos trabalhadores, como é cediço, muito menos crescimento da economia que o justifique, tal aumento da arrecadação somente pode

advir de uma distorção na carga tributária em favor do Fisco.

Por igual razão, entendo atingido, também, o princípio da igualdade (art. 5º, 145, § 1º e 150, II, CF), na medida em que o dever do Estado de modular a sua carga tributária, segundo a maior

aptidão dos contribuintes para suportá-la, não resta obedecida na presente situação, pois o mesmo deve ser cobrado de todos os contribuintes residentes no território nacional, de forma progressiva (art. 153, § 2º, I, CF), obtida pelo aumento de alíquota, de acordo com a capacidade econômica.

É quase uma unanimidade nacional a afirmação de que o sistema tributário brasileiro é socialmente injusto, recaindo pesadamente sobre os segmentos sociais menos favorecidos e incidindo com menor vigor sobre os contribuintes mais abonados. Grande parte dessa distorção é provocada pelo elevado grau de importância dos impostos indiretos na arrecadação. Entretanto, é certo que a tributação direta sobre os rendimentos, da forma como vem sendo aplicada no Brasil, não atende aos princípios mais básicos de progressividade e não-utilização de tributo com efeito confiscatório.

“É quase uma unanimidade nacional a afirmação de que o sistema tributário brasileiro é socialmente injusto, recaindo pesadamente sobre os segmentos sociais menos favorecidos e incidindo com menor vigor sobre os contribuintes mais abonados.”

Nesse contexto, resta, ainda, frisar que o argumento utilizado pela União, bem como pela Receita Federal quanto à não-existência de lei a amparar a pretensão buscada, é totalmente infundada.

Como visto, os arts. 2º, 3º e 11 da Lei 9.250/95, de forma cristali-

na, enunciam que os valores expressos em Ufir, na legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, ficam, a partir de suas vigências (26/12/95), convertidos em Reais, tomando-se por base o valor da Ufir de 1º de janeiro de 1996.

Por sua vez, estabelece o *caput* do art. 1º da Lei 8.383/91, que instituiu a Ufir:

Art. 1º - Fica instituída a Unidade Fiscal de Referência (Ufir), como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em cruzeiros na legislação tributária federal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

Ora, a toda evidência, não se discute a extinção da Ufir pela Lei 9.250/95, até porque assim não dispôs. Essa norma apenas objetivou a conversão da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, então expressa em Ufir, para valores em Re-

Turmas Suplementares

*o TRF - 1ª Região instituiu três Turmas Suplementares
para atuar em esforço concentrado
e promover maior celeridade na prestação jurisdicional*

ais, tomando-se como parâmetro a unidade fiscal vigente à época. Se assim não o fosse, teria expressamente ressalvado, ou a extinção da Ufir ou a sua não-utilização como fator de correção tributária de créditos fiscais ativos ou passivos.

Com efeito, se a Ufir apenas foi extinta com a MP 1.973-67/00 (art. 29, § 3º), hoje MP 2.095-71, de 25/01/2001, resta evidente que as normas em pauta autorizam a afirmação de que os mencionados artigos da Lei 9.250/95 não têm o condão de obstruir a utilização da Ufir na correção das tabelas previstas nos seus arts. 3º e 11.

Portanto, se o art. 2º do mencionado diploma legal (Lei 9.250/95) apenas estabeleceu uma conversão (Ufir/Real), nada prescrevendo sobre o congelamento desses valores, entendo plenamente aplicável, como fator de correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e seus limites de dedução, a variação da unidade fiscal verificada entre a conversão imposta e a sua regular extinção.

De qualquer forma, mesmo após a ex-

tinção da Ufir pela MP citada, também não há de se falar na inexistência de lei a autorizar a correção buscada, pois o art. 30 da referida Medida Provisória autoriza a substituição da Ufir pela taxa Selic, nesses termos:

Art. 30 - Em relação aos débitos referidos no artigo anterior, bem como aos inscritos em Dívida Ativa da União, passam a incidir, a partir de 1º de janeiro de 1997, juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês de pagamento.

É certo que a estagnação da tabela do Imposto de Renda, aliada a eventuais aumentos nominais dos rendimentos tributáveis, não enquadráveis nas hipóteses do art. 43 do CTN, porquanto representa mera recomposição do poder de compra dos salários, proventos e pensões, provocou, indiscutivelmente, a alteração das faixas de

tributação dos contribuintes, sem que estes tenham efetivamente obtido quaisquer acréscimos patrimoniais, em flagrante distorção da capacidade econômica do contribuinte, até porque a tudo isso se alia o aumento significativo do custo de vida, vislumbrando-se, assim, um nefasto efeito confiscatório, mormente sobre os contribuintes de menor poder aquisitivo, bem como maltrato ao princípio da igualdade tributária.

No cotejo dos argumentos acima expostos, também é de se afastar a atuação

do magistrado como legislador positivo, pois, como visto, a fundamentação desenvolvida se sustenta exclusivamente na interpretação sistemática das disposições legais em questão, ou seja, a utilização da Ufir como fator de correção das tabelas do Imposto de Renda e seus limites de dedução, até a edição da Medida Provisória 1.973-67, de 26/10/2000 encontra amparo no art. 1º da Lei 8.383 de 30 de outubro de 1991, cuja aplicação genérica aos créditos e débitos fiscais (art. 1º e 54) não é legalmente vedada.

Aliás, estas questões restaram assim enunciadas no *Encontro Minas-Brasília de Juizes Federais*, realizado pela Esmaf – 1ª Região, em novembro de 2000:

Os arts. 2º, 3º e 11 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, devem ser interpretados em combinação com o art. 1º da Lei 8.383, de 30 de dezembro de 1991, enquanto em vigor a Ufir.

Os princípios da capacidade econômica e da vedação de confisco têm eficácia plena e aplicabilidade imediata, tendo sido violados pela aplicação isolada dos arts. 2º, 3º e 11 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, em detrimento da indexação das tabelas do IR/PF pela Ufir.

A não utilização da Ufir enseja tributação sobre o capital, violando os arts. 43 e 44 do CTN.

O juiz, ao determinar a aplicação da Ufir, com amparo no art. 1º da Lei 8.383/91, não atua como legislador positivo.

Por esses fundamentos, legal, legítima, justa e indiscutivelmente necessária a utilização da Ufir como fator de correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas

Físicas e seus limites de dedução, como forma de abrandar o ônus tributário a que ora se vêem submetidos os contribuintes dessa exação, especialmente aqueles de menor poder aquisitivo.

